TL157-8

SUB-COMISSÃO DA LUTA CONTRA AS MEDIDAS
DISCRIMINATORIAS E PELA PROTECÇÃO DAS MINORIAS
43ª Sessão - Ponto 10 da Ordem de Trabalhos

Sobre a violação dos direitos humanos
em TIMOR-LESTE

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores.
Chamo-me Lígia Ximenes, sou timorense e fui bolseira numa Universidade indonésia desde 1985 até 1990. Em 3 de Junho desse ano, deixei Timor-Leste com a minha família, ao abrigo da Cruz Vermelha Internacional. Faço parte da geração de jovens timorenses em quem a Indonésia quis apostar, enviando-nos a estudar nas suas Universidades, crendo que assim conquistaria os nossos corações. É acerca da repressão que também se abate sobre nós, e acerca das condições e motivos de detenção sofridos pelo meu povo que quero testemunhar.

Tinha 10 anos na altura da invasão pela Indonésia, em Dezembro de 1975, e encontrava-me com a minha mãe e os meus cinco irmãos em Ossú-Viqueque. Assim que soubemos da invasão e ocupação de Dili, saímos da vila e fomos refugiar-nos no mato. Quando os militares indonésios ocuparam a vila de Ossú, em 26 de Janeiro de 1976, espancaram toda a população entre a qual um padre católico timorense que conseguiu fugir para a zona onde estávamos escondidos e nos mostrou os ferimentos.
Em Julho fomos capturados pelos militares que nos levaram para Ossú e nos encerraram, com outras famílias, no Colégio da Missão católica. Éramos cerca de 400 pessoas. Aí, tive conhecimento de que algumas raparigas e mulheres foram violadas pelos soldados indonésios. Vi pessoas, algumas da minha família, a serem espancadas e torturadas na casa transformada em prisão, de Ko Tchung, um comerciante chinês, que ficava a poucos metros do colégio onde estávamos. Em relação à minha família, os militares tiraram-nos à força todos os valores que possuíamos.
Já em Dili, a nossa casa era invadida e revistada todas as semanas pelas forças militares indonésias. As malas eram viradas do avesso para ver se encontravam armas ou documentos da resistência timorense.

Em Junho de 1980, o meu Pai, Januário Ximenes, foi preso juntamente com o meu tio David Dias Ximenes e Mariano Bonaparte, sob acusação de contacto com a resistência. Ficaram presos na cadeia da Comarca de Dili e foram torturados diariamente durante três meses com choques eléctricos, queimaduras de cigarros, coronhadas. Com eles prenderam também várias mulheres timorenses, entre elas: Marcelina, Imaculada, Beatriz e Maria Imaculada. Na prisão foram torturadas diariamente e violadas pelos militares indonésios, tendo as quatro ficado grávidas. Marcelina, Imaculada e Maria Imaculada tiveram os seus filhos; a Beatriz foi obrigada a abortar. Alguns dos violadores das prisioneiras foram o major Ali Musa, o capitão Jamrot e o alferes Nasup. Foram estes mesmos

militares que, depois, autorizaram outros soldados seus subordinados a violarem as prisioneiras.
Mas estes não são apenas factos do passado. Durantes estes 15 anos de ocupação indonésia, as mulheres têm sido duplas vítimas da violência do invasor: não só sofrem como todo o seu povo, mas também são humilhadas e violadas na sua condição de mulher. Por exemplo, em 1983 Teresa Rangel, natural de Viqueque, como retaliação à fuga do marido para o mato, foi violada por militares com um bambú afiado. Em Maio de 1990, em Wetice, Viqueque, numa reunião de jovens católicos, irromperam os militares indonésios que, depois de mandarem embora os rapazes, violaram as raparigas com idades entre os 13 e os 14 anos, tendo 4 dado entrada no hospital de Baucau. O condutor, Virgílio da Silva, que comunicou a ocorrência à Cruz Vermelha Internacional, foi preso em fins de Maio na Comarca de Dili mas em Julho os familiares não o conseguiram localizar e passaram a ser ameaçados nos postos militares onde foram procurá-lo. Desconhece-se até agora o seu paradeiro.

Em Julho de 1985 fui continuar os meus estudos na Indonésia, como bolseira, na Faculdade de Agronomia da Universidade Udayana em Denpasar, Bali. Na Universidade em que estudei, como em todas as outras, os estudantes timorenses são obrigados a integrar-se na organização estudantil indonésia IMPETTU, coordenados e dirigidos pelo Chefe do Comando da Região militar IX Udayana. Os universitários timorenses são sujeitos a constante vigilância e os suspeitos são penalizados nas classificações académicas. Posso citar alguns casos de estudantes timorenses vítimas de graves atentados:

. Em 1986, Acácio Fonseca, finalista de Ciência da Administração, em Semarang, Java Central, foi assassinado por agentes secretos indonésios e lançado para dentro de um poço por se ter manifestado contra o regime indonésio em Timor-Leste.

. Em 1987, José Moniz, finalista de Economia em Jogjacarta, foi assassinado pela polícia secreta depois de ter enviado para o exterior um relatório sobre a situação económica de Timor-Leste.

. Em 1988, o seminarista Miguel Noronha, estudante de Filosofia em Malang, Java Oriental, foi atropelado mortalmente por agentes indonésios, depois de ter discutido com os professores, criticando os 5 princípios do Pancasila (ideologia do Estado).

. Em Junho de 1989, Elias da Costa foi preso em Bali por ordem do Brigadeiro Sintong Panjaitan, Chefe do Comando da Região Militar IX Udayana, por simples suspeita de manter contactos com a resistência timorense. Ameaçaram matá-lo se não fornecesse informações sobre a resistência.

. Em 26 de Dezembro do mesmo ano, Horácio Gonçalves e Mário Amaral foram espancados em Bali e torturados por militares indonésios, acusados de "destabilizadores da situação".

. A 30 de Dezembro, foi assassinado em Jacarta José Carvalho, finalista de Ciências Sociais e Políticas, depois de ter criticado o regime indonésio na Faculdade onde estudava.

. Em 26 de Abril de 1990, Felisberto Trindade, Fernão Trindade e Fernando Mascarenhas foram presos, espancados e brutalmente torturados, sob acusação de perturbarem a ordem e a segurança do regime indonésio. Fernão Trindade, de 17 anos, foi espancado até deitar sangue pela boca, nariz e ouvidos. O irmão mais velho, Juvenal Trindade, foi em consequência submetido a

interrogatórios pela polícia e militares indonésios, ameaçando matarem os seus irmãos por destabilizarem a ordem indonésia.

Senhor Presidente, são estes os crimes de que são acusados os estudantes timorenses e são estas notícias que a Indonésia não quer ver divulgadas no exterior. Num documento com data de 23 de Fevereiro de 1991, assinado pelo Ten. Coronel Soentoro, em nome do Comandante do Kodam IX Udayana e dirigido ao Director dos Serviços da Inteligência das Forças Armadas em Jacarta, assinala-se a existência e as actividades da rede estudantil timorense RENETIL na Indonésia. Depois de citar os nomes de vários membros da organização em Denpasar, Jacarta, Surabaya, Jogjacarta, Salatiga, os universitários são acusados de actividades como "influenciar os estudantes timorenses, dando-lhes a esperança de que a luta terá êxito e Timor será livre da Indonésia"; de "contactar a Cruz Vermelha Internacional ou outros grupos no estrangeiro para enviar informações para o exterior e mobilizar simpatia e apoio para a luta"; de "divulgar e reproduzir folhetos, notícias e brochuras como material de propaganda para ganhar simpatias entre os estudantes de Timor"; de "contactar muitas vezes com os alunos do Externato de Balide, quando estão de férias em Dili". São ainda apresentadas as medidas tomadas pelo aparelho de segurança: "continuar a observar e detectar as suas actividades, quer directamente quer através de redes dentro das organizações; investigar as actividades e contactos de estrangeiros, jornalistas e turistas, que estabeleçam contactos com elementos da RENETIL".

Até à data da minha saída de Timor-Leste, os estudantes timorenses tanto na Indonésia como em Timor-Leste vivem num ambiente de terror e perseguição decorrente da acção policial e repressiva da Intel indonésia. Em 1990 são mais de 4 centenas, em todo o Timor-Leste, os casos conhecidos de prisões, tortura, desaparecimentos e execuções. As vítimas são, sobretudo, jovens entre os 16 e os 25 anos.

Senhor Presidente, como universitária timorense que conheceu Timor e a Indonésia, quero apelar aos membros desta Comissão, peritos em Direitos Humanos, para que se debrucem com atenção sobre a situação em Timor-Leste, sobre as condições em que são detidos e maltratados tantos jovens timorenses, cujo único crime é aspirarem à liberdade.
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, obrigada pela vossa atenção.

Genebra, Agosto de 1991.